



## EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica que estarão abertas as inscrições para a **II SEMANA JURÍDICA DA EJUS**, aprovada pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 30 de maio de 2018, sob a coordenação de Walter Salles Mendes, coordenador da EJUS1, Andrea dos Santos Fiuza, chefe de seção judiciário da EJUS 1.1, e Miguel da Costa Santos, chefe de seção judiciário da EJUS 1.2, que será realizada na "Sala do Servidor" - Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 16º andar, sala 1629 - Centro - São Paulo/SP, no período de **13 a 17 de agosto de 2018**.

**OBJETIVO:** Promover semana de estudos sobre temas relevantes, com o intuito de fomentar o debate e permitir a reflexão jurídica de interesse da comunidade forense.

**PÚBLICO-ALVO:** Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lotados em unidades judiciais de primeira e segunda instâncias.

### VAGAS OFERECIDAS:

**Presencial:** 250 (duzentas e cinquenta) vagas.

**Telepresencial:** de acordo com a disponibilidade dos auditórios e salões de júri, nos foros regionais e nas comarcas do interior.

Haverá emissão de certificado eletrônico àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência. Cada palestra será certificada separadamente.

**PERÍODO DE INSCRIÇÕES:** 2 de julho a 9 de agosto de 2018.

**Para se inscrever, os interessados deverão acessar a SALA DE ALUNOS na página da EJUS**, por meio da *intranet* em SAIBA SOBRE, ou pelo *site* do Tribunal de Justiça, na aba INSTITUCIONAL – ESCOLAS, e assinalar uma ou mais palestras.

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição do candidato importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2. Os funcionários do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/09/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 01/02/2013, pág. 1.

**3. O servidor interessado poderá se inscrever para uma ou mais palestras na mesma oportunidade.**

4. O certificado de frequência/declaração de comparecimento deverá ser entregue ao superior imediato que providenciará os ajustes necessários no módulo de frequência, utilizando-se dos códigos 586 - entrada tarde - e 587 - saída antecipada.

5. Não serão pagas diárias ou ressarcimentos de quaisquer naturezas.

6. Eventual ausência do servidor deverá ser justificada, em até dois dias úteis subsequentes ao dia da aula, por intermédio dos contatos abaixo indicados.

7. A falta injustificada acarretará o cancelamento automático das inscrições já realizadas para as próximas aulas.

8. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas através dos *e-mails*: [ejus.capital@tjsp.jus.br](mailto:ejus.capital@tjsp.jus.br) e [ejus.interior@tjsp.jus.br](mailto:ejus.interior@tjsp.jus.br).

### PROGRAMAÇÃO:

**Data: 13/8/2018 (segunda-feira)**

**Horário: 10h às 12h**

**Tema:** O dano moral no Direito de Família.

**Conteúdo programático:** 1. A coexistência do dano moral e do direito de família em um contexto de desacordos morais razoáveis. 2. Elementos da responsabilidade civil: erosão dos filtros reparatórios? 3. Violação a direitos personalíssimos ou intensa dor psicológica? 4. (As)simetria das relações familiares. 5. Danos morais no noivado. 6. Danos morais no casamento (adultério, *revenge porn*, injúria, difamação, lesões corporais e alienação parental). 7. Danos morais entre pais e filhos. 8. Prescrição.

**Palestrante:** Jairo Postal Junior - Graduado em Direito (2015), mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pós-graduando em Direito Empresarial pela Universidade São Judas Tadeu (2016-2017). Tem experiência na área de direito, com ênfase em Direito Civil, Direito Empresarial e Direito do Trabalho. É assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Data: 14/8/2018 (terça-feira)**

**Horário: 10h às 12h**

**Tema:** Plágio: aspectos civis e criminais.



**Conteúdo programático:** 1. O que é plágio? 2. Causas. 3. Espécies. 4. Sanções penais, civis e administrativas. 5. Formas de se evitar. 6. Jurisprudência.

**Palestrante:** Luiz Eduardo Alves de Siqueira - Graduado em direito pela Universidade de São Paulo (1995). Especialista em Direito Constitucional, mestre (2008) e doutor (2015) em Integração da América Latina pela Universidade São Paulo (Prolam). Pós-doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui experiência na área do direito, com ênfase em direito civil, direito processual civil, direito internacional, metodologia da pesquisa jurídica, direito do idoso e ensino jurídico. Atuou na área editorial jurídica, em grandes casas brasileiras do gênero. Professor universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UNIFMU). É assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Data: 15/8/2018 (quarta-feira)**

**Horário: 10h às 12h**

**Tema:** Infiltração de agentes de polícia em meio virtual.

**Conteúdo programático:** Infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente – Lei nº 13.441, de 8 de maio de 2017.

**Palestrante:** Fábio Gallinaro - Bacharel em Direito pela Universidade Camilo Castelo Branco (1995). Pós-graduado em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público (2000/2001). Pós-graduado em Direito Processual Penal pela Escola Paulista da Magistratura (2008/2009). Mestrando em Direito da Sociedade da Informação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (início em agosto de 2016). É professor das disciplinas de Direito Penal, Direito Processual Penal, Execução Penal e Prática Jurídica Penal das Faculdades Metropolitanas Unidas (UNIFMU) e professor no Curso de Estágio Profissional de Advocacia (CEPA). É assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Data: 16/8/2018 (quinta-feira)**

**Horário: 10h às 12h**

**Tema:** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e o controle de políticas públicas pelo Judiciário.

**Conteúdo programático:** 1. Breves apontamentos sobre os recém-incluídos artigos 20 e 21 da LINDB. 1.1. Como se deve interpretar essa alteração? 1.2. A interferência do Poder Jurisdicional sobre a implementação de políticas públicas. 2. Função contramajoritária do Poder Jurisdicional. 3. O utilitarismo. 3.1. Jeremy Bentham, Stuart Mill e Peter Singer (defensores do utilitarismo). 3.2. Atribuição de caráter consequencialista às decisões judiciais. 3.3. Críticas ao utilitarismo do Poder Jurisdicional. 3.4. Anulação de atos administrativos. 3.5. Art. 6º da Constituição Federal: o caso dos medicamentos requeridos junto ao poder público. 4. Considerações finais: a difícil aplicação dos novos preceitos.

**Palestrante:** Eduardo Godinho - Mestre em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo. Graduado por essa Universidade, onde atuou como professor assistente na Faculdade de Direito, em 2009 e 2010, na disciplina de Introdução ao Estudo do Direito I e II. É assistente jurídico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na 15ª Câmara de Direito Público (Tributos municipais). Foi membro da Comissão Processante Permanente (biênio 2010-2011). É autor do livro "Direito à Liberdade – Regra da Maioria e Liberdade Individual – O Paternalismo na Democracia à Luz do Pensamento de John Stuart Mill". É assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**Data: 17/8/2018 (sexta-feira)**

**Horário: 10h às 12h**

**Tema:** "Fake news": O que sabemos? O que o Direito pode fazer?

**Conteúdo programático:** 1. O que são "fake news"? Uma visão funcional e casos conhecidos. 2. "Fake news": Funciona? Como? A "bolha"; evidências científicas. 3. O direito contra as "fake news"? Anonimato, liberdade de expressão e privacidade.

**Palestrante:** Artur Pericles Lima Monteiro - Doutorando em direito constitucional na Faculdade de Direito da USP. Bacharel (2013) e mestre em direito constitucional pela mesma instituição, com a dissertação "Anonimato online no Brasil: identificação e a dignidade de usar uma máscara" (2017). Pesquisador do grupo Constituição, Política & Instituições/USP. Desenvolve pesquisas nas áreas de privacidade, liberdade de expressão e anonimato na internet. É assistente jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**METODOLOGIA:** Palestras, com estudos de casos e de julgados, uso de slides e abertura de espaço para discussão dos temas com o público-alvo

**LOCAL:** "Sala do Servidor" - Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 16º andar, sala 1629 - Centro - São Paulo/SP.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)